

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.378 - MS (2019/0078162-8)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : VALMIR PONTES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. CONTAGEM DO PRAZO. SÚMULA N. 568/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça estadual, assim ementado (fl. 225):

*"APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO – RECURSO MINISTERIAL - RECURSO INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL – INTEMPESTIVIDADE - NÃO CONHECIMENTO.*

*Segundo entendimento pacífico da jurisprudência pátria, tratando-se de processo digital, o membro do Ministério Público considera-se intimado no momento em que os autos são integralmente disponibilizados no portal eletrônico da instituição (e- SAJ), e não com a posterior consulta dos autos."*

O MM. juízo de primeiro grau condenou o ora recorrido às penas de 1 (um) ano de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 155, **caput**, do Código Penal (fls. 165-171).

Irresignado, o **Parquet estadual** interpôs recurso de **apelação criminal**, com vistas à reforma da sentença recorrida. No Tribunal de origem, o apelo ministerial não foi conhecido por **intempestividade** (fls. 225-229).

Nas **razões do recurso especial**, interposto com fundamento na alínea **a**, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o **Parquet estadual**

afirma a **violação ao artigo 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006**, assinalando a tempestividade da interposição do recurso de apelação.

Para tanto, argumenta que (fls. 239-245):

*"O § 4º, do artigo 370 do CPP prevê a prerrogativa ao membro do Ministério Público de ser intimado pessoalmente dos atos jurisdicionais.*

*Do mesmo modo, o inciso IV do artigo 41 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público também prevê a prerrogativa da intimação pessoal, através da entrega dos autos com vista.*

*No entanto, com o advento do avanço da tecnologia, especificamente do processo eletrônico, o legislador ordinário inovou no ordenamento jurídico por intermédio da Lei 11.419/06 que passou a disciplinar a informatização do processo judicial.*

*Referido diploma legal trouxe disciplina própria no artigo 5º acerca das intimações efetuadas no âmbito do processo eletrônico:*

*Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2 desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.*

*§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.*

*§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.*

*§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.*

*§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.*

*§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.*

*§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.*

*Analizando os dispositivos legais acima citados chegamos à conclusão de que o Ministério Público, seja atuando como parte ou como*

*fiscal da lei, detém a prerrogativa de ser pessoalmente intimado e quando tratar de processo eletrônico será considerada realizada a intimação pessoal no dia em que efetivar a consulta eletrônica com a certificação nos autos (§ 1º) ou automaticamente após 10 dias corridos contados do envio do processo ao Órgão Ministerial (§ 39).*

***Entretanto, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça/MS entendeu no acórdão recorrido que o membro do Ministério Público considera-se intimado no momento em que os autos são integralmente disponibilizados no portal eletrônico da instituição (eSAJ), e não com a posterior consulta dos autos.***

*[...]*

*Portanto, resta evidenciada a negativa de vigência por parte da 2ª Câmara Criminal do TJMS ao artigo 5º, §§ 1º e 3º da Lei 11.419/06."*

Apresentadas as **contrarrrazões** (fls. 249-256), o recurso foi **admitido** na origem (fls. 258-261) e os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **provimento do recurso especial** (fls. 273-279).

É o relatório.

**Decido.**

O recurso **não** merece prosperar.

O eg. Colegiado **a quo**, ao não conhecer da apelação criminal interposta pela acusação, no que importa ao caso, consignou, **verbis** (fls. 226-228):

***"O Ministério Público Estadual, identificado nos autos, recorre da sentença que condenou Valmir Pontes, qualificado nos autos, por infração ao art. 155, caput, do Código Penal, à pena de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa, no regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos (fls. 165-171).***

***Pede, em suma, a majoração da pena-base do apelado, negativando as circunstâncias judiciais dos antecedentes criminais, circunstâncias do crime e conduta social (fls. 179-188).***

***O presente recurso não deve ser conhecido, diante da sua intempestividade.***

***É incontroverso que o Ministério Público Estadual dispõe da prerrogativa de intimação pessoal, o que se formaliza através da entrega dos***

*autos com vista. Essa disposição está prevista no art. 41, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/93). Idêntica previsão, aliás, tem assento nos arts. 370, § 4º, do CPP, 180, § 1º, do NCPC e 18, II, "h", do Estatuto do MPU (LC 75/93).*

*A divergência outrora existente, atualmente já superada pela jurisprudência, dizia respeito ao momento em que se considerava intimado o membro ministerial, o que passava pela análise do real significado da expressão "entrega dos autos com vista".*

*Sobre o tema, analisado à luz dos processos físicos, defendia-se, de um lado, que a expressão equivaleria à chegada do processo ao órgão ministerial, e, de outro, à aposição do "ciente" nos autos pelo Promotor de Justiça.*

*Em outras palavras, dispensando-se interpretações distintas à expressão "entrega dos autos com vista", uma primeira corrente considerava realizada a intimação pessoal no dia em que o processo chegava ao MP, e outra entendia efetuado o ato na data em que o membro ministerial apunha sua ciência nos autos.*

*Como dito, atualmente, o tema é pacífico, prevalecendo na jurisprudência o entendimento de que a intimação pessoal do Ministério Público se aperfeiçoa com o mero recebimento dos autos no órgão ministerial, sendo, pois, indiferente o momento em que o Promotor de Justiça irá consultar os autos e emitir o "ciente".*

*[...]*

*A propósito, entendimento diverso ensejaria indiscutível quebra do princípio da paridade processual, pois permitiria ao membro do MP dilatar indefinidamente os prazos recursais por razões de mera conveniência, sem que tal direito fosse garantido à parte contrária.*

*Nos dizeres do STJ 1, "a contagem do prazo para as pessoas jurídicas, o Ministério Público e Defensoria Pública, beneficiadas com a intimação pessoal, tem início a partir da remessa dos autos com vista, ou o recebimento destes por servidor designado, se as datas não coincidirem, e não, a partir do dia em que o representante apõe o ciente nos autos, **sob pena de o prazo, evidentemente, ficar ao sabor da parte, circunstância que não deve ser tolerada, em nome do equilíbrio e igualdade processual entre os envolvidos na lide.**" (Destaquei).*

*Transportando o entendimento acima exposto ao campo do processo eletrônico, a conclusão é basicamente a mesma, como bem esclarece o professor Márcio Cavalcante, responsável pelo site "dizer o direito": "Se o membro do MP é intimado por meio eletrônico e tem acesso integral aos autos eletrônicos, isso é equivalente à "entrega dos autos com vista" (art. 41, IV, da Lei nº 8.625/93). É a versão eletrônica da remessa dos autos físicos como vista".*

*O que o mencionado professor quis dizer foi o seguinte: na sistemática do processo digital, é perfeitamente possível que a intimação pessoal do membro do Ministério Público se realize por meio eletrônico, a qual se concretiza no exato momento em que os autos são disponibilizados nas*

*filas do sistema eletrônico adotado pela instituição ministerial, o que, como esclarecido, é a versão eletrônica da "entrega dos autos com vista".*

*Esse mesmo entendimento, aliás, já foi exposto pelo CNJ no exame do pedido de providências nº 0007514-77.2013.2.00.0000, que tinha como partes a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (requerente) e o Tribunal de Justiça do mesmo Estado (requerido). No dito julgamento, o Conselho concluiu que "de acordo com o entendimento combinado dos artigos 5º, § 6º e 9º, § 1º, da Lei de Processos Eletrônicos – Lei 11.419/2006 – a intimação pessoal se realiza com a disponibilização do ato de comunicação processual no portal eletrônico, com a garantia de acesso à íntegra do processo pelo usuário externo que detém a prerrogativa".*

*A conclusão do CNJ é perfeitamente aplicável ao presente caso, pois, como no caso em julgamento, o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul também dispõe de sistema eletrônico (e-SAJ) que lhe permite o acesso integral aos autos eletrônicos que lhe são disponibilizados com vistas. Assim, detendo essa tecnologia, a intimação do órgão ministerial se consoma com a mera disponibilização do processo no portal eletrônico, e não com a posterior consulta dos autos pelo membro do MP.*

*Pois bem.*

*Analizando o presente caso nos termos da fundamentação acima exposta, conclui-se que o presente recurso é intempestivo.*

*É que, na situação em tela, o membro do Ministério Público foi intimado pessoalmente da sentença no dia 19/11/18, data em que os autos foram integralmente disponibilizados no sistema eletrônico da instituição, conforme certidão de fls. 173-174.*

*Assim, o prazo recursal, que é de cinco dias (art. 593 do CPP), teve início no dia 21/11/18 (no dia 20/11/18 os atos e prazos processuais estavam suspensos, conforme a portaria n. 1.369/2018), encerrando-se no dia 25/11/18, domingo, se estendendo para segunda-feira, ou seja, dia 26/11/18.*

*Entretanto, o recurso de apelação acusatório foi interposto tão somente no dia 30 de novembro de 2018 (fls. 179-188), sendo, portanto, intempestivo.*

*Diante do exposto, contra o parecer, ausente um dos requisitos de admissibilidade recursal, não conheço do presente recurso ministerial."*

Compulsando os autos, verifico que em **19/11/2018** os autos foram encaminhados para vista/intimação do Ministério Público Estadual via portal eletrônico (fl. 174). A ciência da intimação do **Parquet** estadual, por acesso ao portal eletrônico, ocorreu automaticamente em **29/11/2018**, "ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos" (fl. 176).

O recurso de apelação ministerial foi interposto em **30/11/2018**,

**dentro do quinquídio legal, sendo, portanto, tempestivo (fl. 179).**

Portanto, assiste razão ao recorrente, em seu reclamo, pois de acordo com o art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006, a intimação eletrônica é considerada como realizada no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo esta realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 (dez) dias previstos para consulta.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. CONSUMAÇÃO DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO DECURSO DE PRAZO DO ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA APÓS A DISPONIBILIZAÇÃO DA INTIMAÇÃO NO SISTEMA. ART. 22, I, DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10/2015. SEQUESTRO DE BENS. MANDANDO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. TERATOLOGIA DA DECISÃO QUE DECRETOU O SEQUESTRO DOS BENS. MITIGAÇÃO EXCEPCIONAL DO ENTENDIMENTO DA SÚMULA N. 267 DO STF. POSSIBILIDADE. INDÍCIOS DA ORIGEM ILÍCITA DOS BENS SEQUESTRADOS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 621-631 PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 604-615 NÃO PROVIDO.**

*1. Análise do Agravo regimental de fls. 621-623. O primeiro agravo regimental (fls. 604-615) é de ser considerado tempestivo, porquanto a intimação do Ministério Público Federal foi disponibilizada no sistema no dia 1º/8/2016 e o prazo para acesso teve início em 2/8/2016, havendo sido consumada a intimação em 12/8/2016, conforme certificado à fl. 599. O prazo para interposição de agravo regimental se iniciou em 15/8/2016 e o término ocorreu em 19/8/2016, data de seu protocolo nesta Corte.*

*2. Análise de mérito do agravo regimental de fls. 604-615. Sobre o termo inicial do prazo decadencial do mandado de segurança impetrado pelos recorridos, o Tribunal de origem consignou não haver comprovação da data da ciência inequívoca do ato coator. Esse fundamento não foi impugnado de forma direta nas razões do recurso especial, o que inviabiliza o seu exame por esta Corte. Aplicação do entendimento das Súmulas n.*

283 e 284 do STF.

[...]

6. Agravo regimental de fls. 621-631 provido, para reconhecer a tempestividade do agravo regimental de fls. 604-615. Agravo regimental de fls. 604-615 não provido" (AgRg no AgRg no REsp n. 1.178.070/MT, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 15/5/2017, grifei).

*"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. LEI N. 11.419/2006. PRAZO. CONTAGEM. INÍCIO.*

*1. Nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.*

*2. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro foi intimado em 26/4/2013, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, e o agravo em recurso especial, por seu turno, foi protocolado dia 30/4/2013 (certidão de e-STJ fl. 1328), dentro, portanto, do prazo legal, sendo tempestivo.*

*3. Embargos de declaração acolhidos para, conferindo-lhe efeitos infringentes, reconhecer a tempestividade do agravo em recurso especial e dele conhecer, cujo mérito será oportunamente apreciado" (EDcl no AgRg no AREsp n. 355.670/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 29/6/2016).*

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em desconformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, dou provimento ao recurso especial para que, reconhecida a tempestividade recursal, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul análise o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público daquele

Estado.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

